

O nojo como arma na guerra colonial contra existências trans

Andreone Medrado*
Yarlenis Malfrán**

Resumo

A guerra contra corpos trans fundamenta-se na imposição da cisnormatividade como princípio regulador daquilo que os diversos corpos podem ou não. A partir disso, este texto assume a preocupação crítica e reflexiva de questionar esse pressuposto e seus efeitos mortíferos contra a população trans, entendendo a cis-heteronorma como uma arma de guerra. Esta arma de guerra encontra uma munição importante: o nojo, uma emoção que se torna fundamental na política de repúdio às pessoas trans. A análise proposta baseia-se não apenas nas estatísticas já conhecidas sobre mortes trans, mas sobretudo pretende ilustrar a centralidade do nojo na consolidação desta guerra antitrans, cujas garras estendem-se em múltiplas direções do tecido social.

Palavras-chave: GUERRA; TRANSGENERIDADE; CIS-HETERONORMATIVIDADE; GÊNERO; NOJO.

Disgust as a weapon in the colonial war against trans existences

Abstract

The war against trans bodies is based on the imposition of cisnormativity as a regulatory principle of what different bodies can or cannot be. This text critically and reflectively questions this assumption and its deadly effects against the trans population, understanding cis-heteronormativity as a weapon of war. This weapon finds a key ammunition: disgust, an emotion that becomes central in the politics of rejection against trans people. The analysis is based not only on well-known statistics on trans deaths but seeks to illustrate the centrality of disgust in the consolidation of this anti-trans war.

Key-words: WAR; TRANSGENDERITY; CIS-HETERONORMATIVITY; GENDER; DISGUST.

El asco como arma en la guerra colonial contra las existencias trans

Resumen

La guerra contra los cuerpos trans se fundamenta en la imposición de la cisnormatividad como principio regulador de lo que los diversos cuerpos pueden o no pueden ser. A partir de esto, este texto asume la preocupación crítica y reflexiva de cuestionar este supuesto y sus efectos letales contra la población trans, entendiendo la cis-heteronorma como un arma de guerra. Este arma encuentra una munición importante: el asco, una emoción clave en la política de repudio hacia las personas trans. El análisis se basa no solo en estadísticas conocidas sobre muertes trans, sino en ilustrar la centralidad del asco en esta guerra anti-trans.

Palabras-clave: GUERRA; TRANSGENERIDAD; CIS-HETERONORMATIVIDAD; GÉNERO; ASCO.

* Doutora em Psicologia Experimental pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP).

E-mail: medrado@alumni.usp.br

ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0002-8381-6923>

** Professora de Estudos étnico-raciais no Bacharelado em Relações Internacionais, UFABC.

E-mail: malfran.yarlenis@ufabc.edu.br

ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0003-1923-4811>

Introdução

“Se o monstro é aquele que ameaça ao revelar, o principal perigo que o corpo trans representa nessa perspectiva é o fato de revelar o caráter artesanal da construção de todos os corpos (inclusive os não trans), bem como a artificialidade que sustenta suas fronteiras e que pode facilmente ser borrada”

(Cavalcanti et al., 2018).

Toda guerra envolve uma disputa pelo poder, cuja configuração se caracteriza por estar sempre em trânsito, emanando de múltiplas direções e produzindo materialidades discursivas em seus atravessamentos. É por isso que não existe uma única definição, capaz de explicar por si só, a complexidade deste fenômeno (Fisk, 2007), pois, ao mesmo tempo em que uma guerra, no seu sentido mais convencional, ocupa determinadas territorialidades geográficas e atinge os corpos e as subjetividades que dela participam, suas armas e seus efeitos se estendem em múltiplas direções. Nesse sentido, a empreitada bélica, pode ser compreendida como um dispositivo (Foucault, 1988). Assim sendo, esta modalidade de guerra usa outro tipo de táticas, tais como a imposição de fronteiras físicas morais, bem como o ato de proteger constantemente as fronteiras territoriais e simbólicas de possíveis figuras de contaminação e abjeção.

Se, por um lado, a História, enquanto uma disciplina que centraliza as grandes narrativas sobre a guerra, nos apresenta as guerras mundiais e de invasão europeia colonialista como eventos históricos, por outro lado, também é certo que os mapeamentos históricos nem sempre dão conta de compreender a guerra no seu caráter de dispositivo, no sentido dado por Foucault a esse termo e que pretendemos seguir neste trabalho. Nosso esforço consiste justamente em refletir sobre uma modalidade específica de guerra, nomeadamente as guerras de gênero, enquanto um projeto de domesticação colonial e, por tanto, de cis-heterossexualização dos corpos dissidentes dessa ordem. Para desenvolver essa empreitada analítica, partimos do entendimento da cisnormatividade como arma de guerra contra pessoas trans.

Em certa medida, essa premissa está presente nos trabalhos de Berenice Bento (2017) acerca do transfeminicídio no Brasil. Para a socióloga, a política sistemática de eliminação de mulheres trans e travestis no Brasil explica-se pelo lugar que o feminino ocupa na ordem de gênero, assim como pela negação de humanidade a estes corpos. Semelhantemente, além dos dados sobre pessoas transfemininas, os impactos da violência cisgênera contra corpos trans desvela-se a partir da crítica condição de adoecimento mental que a transfobia produz contra pessoas não binárias (da Silva & Eloi, 2022) e transmasculinas (Suarez et al., 2021; Lobo et al., 2023), com o suicídio (Marzetti, McDaid & O'Connor, 2022) atuando na efetivação dos dispositivos de guerra que, direta ou indiretamente, produzem a eliminação desses corpos na sociedade.

Seguindo esse impulso analítico, neste caso, pretendemos refletir acerca do nojo como afeto que singulariza o lugar dos corpos trans na ordem de gênero. Uma interpretação que consideramos possível é que o nojo explica a manutenção dos corpos trans nas margens do gênero hegemônico, ao mesmo tempo que este tipo de afeto que demarca a repugnância por estes corpos, se afiança como um elemento constituinte da colonialidade cisgênera.

Assim, o nosso argumento é que o nojo constitui uma dimensão da colonialidade cisgênera que cria condições para uma necropolítica trans. Pretendemos assim alargar os debates transfeministas brasileiros sobre colonialidade de gênero, que focam principalmente na binariedade de gênero como elemento central da norma ciscolonial (Vergueiro, 2015).

Complementando esse debate, o nosso foco são as retóricas da repugnância contra corpos trans na sua relação com uma história colonial que se atualiza como colonialidade de gênero. Ao inspirarmos em Sara Ahmed (2000; 2004) para posicionar o nojo enquanto uma política das emoções, entendemos que, dentro desta lógica, a proximidade com corpos trans é considerada como ofensiva, justificando uma guerra sistemática contra estes corpos. O nojo contra pessoas trans compõe a transnecropolítica das emoções (invocando Ahmed e Mbembe), preservando sentidos bélicos e coloniais. Para afastar esses corpos dos regimes de visibilidade, para matá-los de forma sistemática sem gerar comoção, um afeto é central: o nojo.

Ao dialogar com os estudos decoloniais, concordamos com Quijano (2005) quando propõe que os efeitos que permanecem das investidas coloniais podem ser caracterizados como colonialidade do poder, do saber e do ser, nomeação esta que expõe a abrangência do padrão de poder eurocêntrico instaurado na modernidade/colonialidade e seus efeitos etnocidas, genocidas, epistemicidas, enfim, necropolíticos. É, contudo, pelas mãos de Maria Lugones (2008) que os próprios estudos decoloniais são tensionados, quando a autora expõe o apagamento do gênero nestes debates. Desta forma, a colonialidade de gênero (Lugones, 2008) enuncia o quanto a produção da diferença colonial se deu não apenas pela raça, mas em nome de uma ordem de gênero enquanto imposição ocidental, como também lembra Oyeronkè Oyewumí (2021).

Sendo o gênero uma produção colonial que tem legitimado a morte de pessoas trans, é possível pensar que essa instrumentalização da vida que não gera comoção nem luto público, se enquadra na necropolítica. Precisamente Achille Mbembe (2018) cunhou o termo de necropolítica para referir-se a uma forma de soberania baseada na destruição material de certas populações. A preocupação com a necropolítica não é nova, contudo, e encontra ecos anteriores na teoria feminista, embora com outros nomes. Nesse sentido, autoras como Gayle Rubin (2017), têm-se referido às “guerras do sexo”, destacando os pânicos morais que justificaram cruzadas contra gays e lésbicas. De modo mais recente, temos testemunhado a invenção do “fantasma do gênero” uma forma em que Estados, igrejas e setores conservadores visam reconduzir o mundo a um passado patriarcal, cis-heterocentrado, da “família tradicional e dos bons costumes”.

Este cenário antigênero, disfarçado de combate a uma suposta ideologia de gênero, tem no seu cerne a negação da existência das dissidências de gênero e sexualidade, a restrição das suas liberdades, a negação dos seus direitos, a criminalização destas vidas. Essas disputas mobilizam discursos profundamente enraizados na cis-heteronormatividade, os quais insistem em posicionar os corpos trans como monstruosos e inviáveis. Encontramo-nos assim diante de uma guerra em que não apenas o feminino é desvalorizado socialmente e, por tanto matável, mas toda e qualquer dissidência a uma ordem cisgênera. Quantas travestis, homens e mulheres trans, pessoas não binárias, tombarão ainda nesta guerra de gênero? Na seção a seguir, descrevemos alguns dos traços desta guerra.

A Guerra Cis-Heteronormativa

O neologismo “*Cistema*” representa a união de “Sistema” e “Cis-heteronormatividade”, ou seja, um sistema cis-heteronormativo. Usamos essa palavra para nos referir a um conjunto de discursos, elaborações epistemológicas e políticas que, atravessadas pelas longas heranças dos séculos de colonizações europeias, organizam a sociedade impondo os padrões cisgêneros e heterossexuais como as referências de corpos saudáveis, naturais e desejáveis. Esse termo tem sido mobilizado por pesquisadoras travestis brasileiras. Por exemplo, na apresentação do livro *Transfeminismo* (Nascimento, 2021, p.14), a autora grifa como “CISistema”, enquanto no presente trabalho será grifado como “*Cistema*”. Além disso, para nós, o “C” faz referência, também, a capitalismo e colonialismo - instâncias inseparáveis da cis-heteronormatividade.

A cis-heteronormatividade é o conjunto de forças culturais e institucionais que discursivamente produzem a cisgeneridade e a heterossexualidade como naturais. Trata-se portanto, sobretudo, de arranjos sociais e históricos, reforçados pelos discursos de poder da Medicina, do Estado, da lei e de outras instâncias da cultura hegemônica. Da cisheteronormatividade decorrem formas institucionalizadas de violência, estigmatização e criminalização de pessoas trans. Dessa forma, este “cistema” acaba conferindo legitimidade àquilo que pode ou não pode um corpo, encontrando nisso sua força biopolítica.

Para Michel Foucault (1988; 2010), a biopolítica refere-se às formas de controle e de gestão da vida exercidas pelo poder, particularmente a partir dos séculos XVIII e XIX. Foucault argumenta que, com o surgimento das sociedades modernas, a ação do poder foi deslocada de técnicas tradicionais de soberania para uma nova modalidade que se volta para a gestão biológica da vida com finalidades políticas. Assim, a biopolítica diz respeito às estratégias para manter vivos os corpos que serão úteis ao Estado; portanto, ela se manifesta, por exemplo, em intervenções que buscam controlar populações por meio de políticas de saúde, demografia, educação, segurança, crenças, entre outras. Nessa lógica, o Estado e outras instituições de poder regulam aspectos como natalidade, mortalidade, hábitos de vida, sexualidades e identidades, visando maximizar a eficiência e produtividade das populações.

Por sua vez, a necropolítica expande a noção de biopolítica de Foucault, enfatizando as relações de poder que envolvem a morte e a destruição de corpos baseadas em marcadores sociais da diferença (Mbembe, 2018). Com base nas argumentações de Mbembe, em muitos contextos contemporâneos, o poder não se limita a gerenciar a vida, mas também a determinar quem deve morrer ou ser deixado para morrer. A necropolítica define qual corpo é considerado dispensável, qual estará sujeito à violência, e qual terá o seu valor ou sua vida negados. A necropolítica manifesta-se, portanto, em fenômenos como genocídios, guerras e regimes autoritários, mas também nas condições de existência consideradas sub-humanas às quais são submetidos certos grupos sociais, como pessoas refugiadas, populações negras e indígenas, e/ou pessoas trans, em muitos contextos globais.

Os conceitos de biopolítica e necropolítica permitem-nos rastrear, do ponto de vista histórico, alguns dos principais traços da guerra cis-heteronormativa no contexto social brasileiro e além dele. O Brasil destaca-se como o primeiro país no *ranking* mundial no assassinato de pessoas não heterossexuais (Benevides & Nogueira, 2020). Mesmo diante da notória dificuldade de obtenção de dados em diversos países do “Oriente Médio” (Netto, 2019), bem como o fortalecimento de políticas públicas conservadoras contra os direitos da população LGBTIA+ em países da África (Bailey et al., 2016), ainda se pode inferir que no Brasil assassinam-se mais pessoas não heterossexuais do que no conjunto de 13 países do Oriente e da África onde inclusive é aplicada a pena de morte a esse grupo (Santos, et al., 2016). Dados mostram que, ainda em 2020, o Brasil apresentava um crescente no número de assassinatos de pessoas trans (Benevides & Nogueira, 2020).

Para além dos dados sobre o assassinato de pessoas trans, que denunciam por si o fazer-necropolítico contra esses corpos, outros fatores apontam para a necropolítica trans: a) a desumanização e a exclusão social (por exemplo, na baixa empregabilidade e no deslocamento de muitas dessas pessoas para o trabalho sexual como único meio de renda); b) o estigma dessa população (presente na baixa representatividade midiática, bem como, caso aconteça representatividade, na projeção estereotipada ou nas cenas de mercantilização da violência e das dores dessa população); c) a negligência estatal quanto à saúde de pessoas trans (haja vista a precarização do acesso ao sistema básico de saúde e de cuidados sexuais de pessoas trans) e sobretudo d) a partir da histórica patologização dessas identidades em manuais estatísticos. Corpos trans são *Cistematicamente* negligenciados, posicionados à margem e colocados nas garras da necropolítica.

Declara-se guerra a essas existências uma vez que elas desafiam os interesses políticos, educacionais, econômicos e reprodutivos de uma cis-heteronormatividade que constitui o fundamento dos saberes ocidentais (Bento, 2017). Percebe-se, portanto, que o

necropoder trans é uma arma unidirecional e prescritiva de identidades nas sociedades latino-americanas contemporâneas. Tal necropoder constitui uma rede simbólica que se ramifica por toda a sociedade impondo regras cis-heteropunitivas baseadas no interesse de um grupo hegemônico e historicamente dominante. Nesse sentido, concordamos com a leitura que enfatiza que a impossibilidade de sair do discurso binário da normativa sexual, corporal, genérica e erótica é o fundamento cisnormativo que justifica a necropolítica trans e, conseqüentemente, os atos de violência, discriminação, suicídios, tortura e morte contra a alteridade (Caravaca-Morera & Padilha, 2018).

Fora do Brasil, por sua vez, tais atos de violência refletem-se nas campanhas anti-gênero, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos. Tais campanhas fazem parte de uma nova configuração política, onde a oposição ao "gênero" tornou-se um elemento crucial na ascensão do populismo de direita que tem explorado com sucesso a ansiedade, a vergonha, o nojo e a raiva geradas pelo neoliberalismo, representando uma ameaça à democracia liberal. Países da Europa Central (como República Tcheca, Hungria, Polônia e Eslováquia) experimentaram, nas duas últimas décadas, o aumento de novas formas de liberalismo associadas à contestação dos direitos reprodutivos e LGBTIA+ (Grzebalska, & Petó, 2018). Enquanto em regiões da América Latina (por exemplo, no Brasil e em Cuba) a violência anti-LGBTIA+ persiste e até mesmo registrou um aumento (Malta et al., 2023, Malfrán & Oliveira, 2020). Em regiões da Ásia, como na Índia, há uma luta contínua por reconhecimento e direitos, inclusive em áreas da saúde (Arora Bhujang, & Sivakami, 2022). Em países da África, como Gana, Níger, Tanzânia e Uganda, foram aprovadas legislações que tornam as práticas sexuais entre pessoas do mesmo gênero puníveis com prisão perpétua e até mesmo com pena de morte (Nakweya, 2024).

A guerra antitrans é, portanto, contra o direito à estranheza: uma vez que a polaridade é indispensável para sustentar um sistema de opressão no qual o estranho borra essas fronteiras a necropolítica se declara como o exercício da higienização colonial. A exemplo disso, dois eventos marcam a perseguição contra corpos dissidentes no Brasil. Em 15 de novembro de 1980, uma operação conhecida como "Operação Sapatão" foi conduzida pelo então delegado José Wilson Richetti, tendo como alvo bares frequentados por lésbicas e sapatonas (Oliveira, 2017). O segundo exemplo é a Operação Tarântula, movimento de limpeza social e de extermínio de corpos trans-travesti: na prática, um *modus operandi* produtor da imagem de corpos travestis projetada a partir de uma política da inimizade e da abjeção - como corpos estranhados, logo, morríveis (Cavalcanti, Barbosa & Bicalho, 2018). Em outras palavras, corpos marginalizados pelo exercício do poder da guerra. Se existe uma arte da guerra, ela é sobre desenhar as linhas que separam o sujeito apto a viver daqueles nomeados para morrer.

Há, inegavelmente, um movimento global que opera contra existências LGBTIA+, de modo geral, e contra vivências trans, particularmente (Kline, Bidell & Rhodes, 2024). Pode-se afirmar, portanto, que, além de factual, a transnecropolítica (Caravaca-Morera & Padilha, 2018; Ruiz, 2020) amplia o conceito original de necropolítica, focando em como o Estado e as diferentes instituições sociais ativamente produzem a morte de pessoas trans; em como o exercício transnecropolítico atua sobretudo a partir de múltiplas violências e dispositivos, tanto estruturais quanto físicos, decidindo, em uma guerra de dimensão global, quem tem o direito de viver com dignidade e quem é condenado à morte ou à invisibilidade.

A dimensão de uma transnecropolítica deve ser compreendida intrinsecamente a questões raciais, de classe, de situação de moradia (ou da ausência dela), de saúde mental, de afetividade e de sexualidades, entre outros marcadores. A invisibilidade dessas mortes e a impunidade que protege a transnecropolítica reforçam a ideia de que certos corpos – sobretudo corpos trans racializados e marginalizados – são eliminados como um dos modos de manutenção do *Cistema*. Estamos diante de uma guerra que disputa não apenas formas de nomeação de indivíduos, mas que organiza um conjunto de violências materiais e simbólicas contra corpos trans, colocando-os no centro de uma política de morte e exclusão.

Nojo: O (Anti)Desejo Como Ferramenta Transnecropolítica

Nos Jogos Olímpicos de Paris 2024, no dia primeiro de agosto, a boxeadora argelina Imane Khelif derrotou a italiana Angela Carini, que abandonou a luta após 46 segundos de embate (1). A vitória de Imane Khelif teria sido só mais uma vitória entre as disputas olímpicas; no entanto, a partir do momento em que se começou a propagar informações e *fakenews* de que se tratava de uma atleta trans, mostrou-se também como a aversão sobre esses corpos incita uma cruzada contra os mesmos. Além de mudar entendimento sobre a vitória, a propagação de falsas notícias de que Khelif era uma pessoa trans mobilizou uma série de ataques virtuais transfóbicos contra a boxeadora argelina. Esse episódio, que não é novo na história dos esportes, suscita debates acerca do quanto a existência do corpo trans é aversiva ao ponto de modificar a interpretação do desempenho de uma pessoa nos esportes, suscitando esforços de purificar o espaço público destas presenças.

Do ponto de vista histórico, podemos situar as raízes desta cruzada antitrans no processo de colonização, o qual envolveu a imposição ocidentalizada do gênero. Nesse sentido, considerando que o ideal colonial é baseado na homogeneização das identidades, na higienização dos hábitos, costumes e comportamentos, defendemos que o afeto, a fluidez e o direito à vida são categorias políticas disputadas na guerra colonial a partir da limpeza seus corpos, mas também na limpeza das cidades, das famílias e das políticas públicas. A partir desse lastro colonial, entendemos essa supervigilância social que busca rastrear corporeidades e subjetividades que, ao escapar da norma social ameaçam a continuidade dos projetos coloniais.

Como estratégia do *Cistema*, emerge a aversão a esses corpos dissidentes. Desta forma, o processo de colonização atua significando corpos e produzindo desejos perante eles, o que resulta na divisão entre “desejáveis” e “aversivos” de acordo com a vigência das normatividades.

Os ouvidos, as peles e os olhos são partes de um grande agenciamento sexual que tensiona necrossexualmente as relações entre nojo e desejo. No processo de construção desses “símbolos” da repulsa-desejante, ou melhor, desse outro que se deseja clandestinamente, mas tacitamente se é preciso expurgar, os recrutadores de filmes pornô, clientes em pontos de prostituição, na televisão durante a madrugada, no rádio e nos jornais etc., têm papel preponderante, fazendo de tal economia algo distante de uma suposta neutralidade. Tendo em vista que se inventa, produz, comercializa e mata em nome da indústria necrossexual cisgênera, a moral e os bons costumes tornam-se símbolos. “Equipamentos” vestíveis para transmitir a imagem imaculada da cisgeneridade em seu pedestal universal. Se seu corpo, ou a cor da sua pele, não couberem nessa indumentária, poderão ser submetidos ao escrutínio (Silva, 2023, p. 129).



É, portanto, pela via do escrutínio social que a cisnorma empreende sua tarefa de purificação, tendo a si mesma como parâmetro de limpeza em contraste com os corpos sujos, ou seja, todos os corpos e identidades que se desviam da norma. Assim, a guerra antitrans, revela-se na busca por purificação do espaço social. Tal purificação é munição para uma necropolítica que promove a autorização social para eliminar esses corpos da sociedade como se fosse uma grande limpeza identitária e emocional – e esse ideal de pureza é o cerne do projeto colonial. Como afirmou Anne McClintock (2010), “o primeiro passo para tornar mais

leve ‘o fardo do homem branco’ é ensinar as virtudes da limpeza”. Nesse sentido, considerando que o ideal colonial é baseado na homogeneização das identidades, na higienização dos hábitos, costumes e comportamento, defendemos que o afeto, a fluidez e o direito à vida são categorias políticas disputadas na guerra colonial a partir da limpeza seus corpos, mas também na limpeza das cidades, das famílias e das políticas públicas.

Tendo isso em vista, é possível afirmar que as emoções não escapam à colonialidade na medida em que as formas de sentir são reguladas pela matriz colonial, o que convida a pensar nas reverberações dessa matriz no campo do desejo. Entre as emoções que participam de uma pedagogia do desejo por determinadas expressões de gênero e não por outras, está o nojo.

O nojo pode ser definido como uma resposta aversiva a coisas e organismos, evolutivamente associado à evitação de alimentos contaminados, mas que ao longo do tempo ampliou-se para qualquer estímulo que desperte forte aversão - seja por meio da audição, visão, olfato ou tato (Darwin, 1872/1965). Inicialmente associado ao paladar e à alimentação, nos estudos das emoções, o nojo foi posteriormente agrupado em três domínios, nomeadamente nojo patogênico, nojo sexual e nojo moral; este último é o que recebe o foco neste artigo (Medrado & Valentova, 2022).

Considerado bastante presente no estudo de grupos, argumenta-se que o nojo moral incentiva as pessoas a evitarem comportamentos que violam regras e normas sociais, ajudando assim a preservar a coesão e estabilidade dos grupos sociais (Inbar & Pizarro, 2022), a construção e a manutenção da aversão às dissidências sexuais e de gênero pode associar-se ao nível de nojo presente numa dada população: quanto maior o nojo a corpos dissidentes, maiores tendem a ser as tecnologias de eliminação material ou simbólica desses grupos. Por exemplo, o nojo moral, desempenha um papel fundamental na gestão dos custos de manutenção dos grupos na medida em que se institui normatividades que posicionam corpos e subjetividades, mas, para além disso, ele está profundamente ligado a estruturas históricas e sociais, como a formação de castas rígidas, observada em sociedades como a hindu (Dulhunty, 2023); bem como muitas vezes o nojo motiva ações punitivas contra pessoas que transgridem as normas locais (Kurzban, DeScioli & O’Brien, 2007).

A título de contextualização, o nojo moral tornou-se culturalmente reforçado e recrutado por outros sistemas de autoproteção (Rozin, Haidt, & McCauley, 2000), e é na conexão entre nojo moral e comportamento sexual que as vidas LGBTIA+ são posicionadas como aversivas a partir dos construtos cis-heteronormativos. O nojo tem sido estudado no que diz respeito à orientação sexual, com alguns estudos examinando inclusive contextos experimentais em que o nojo afeta negativamente a percepção de orientações não heterossexuais (Cunningham, Forestell & Dickter, 2013). A emoção do nojo está fortemente ligada à homonegatividade, ou seja, à atitude de aversão e aos sentimentos negativos de heterossexuais em relação a pessoas homossexuais e transgêneros (Coneo, Navarro, & Molinares, 2023; Nega et al., 2016). Em particular, a sensibilidade ao nojo patogênico também estava associada a atitudes negativas mais fortes em relação a grupos marginalizados percebidos como violadores de normas sexuais, como as trabalhadoras sexuais (van Leeuwen et al., 2022). Apontar essas relações e conceitos ajuda-nos a compreender que os mecanismos de evitação de patógenos (logo de contaminação) podem desempenhar um papel mais amplo na promoção de preconceitos contra pessoas vistas como transgressoras das normas sexuais vigentes em uma sociedade.

Experimentalmente, tem-se verificado que o nojo participa e pode influenciar em partes a atração sexual e mais consistentemente o desejo de engajar-se em relações sexuais casuais, isso pode variar entre mulheres cisgêneras, homens cisgêneros e pessoas não binárias de diferentes orientações sexuais e sexo assignado ao nascimento (Medrado, 2024). Logo, o nojo como mecanismo de evitação - ou de limpeza e de purificação - quando permeado pelo fazer colonial, pode atuar também na construção de corpos que serão considerados limpos e sujos, portanto, uns merecedores de vida e outros merecedores de morte.

Ao se desenvolver e cultivar o nojo por pessoas trans, mesmo que não seja um nojo sempre anunciado em palavras, vemos a significação dessa emoção numa perspectiva perversa, atuando como um marcador de transnecropolítica: mata-se o objeto que foi construído no imaginário coletivo como nojento para, assim, evitar a contaminação das narrativas dominantes. Poucas formas de exclusão social são tão eficientes quanto aquelas que partem do pressuposto de contaminação: diga-se que um grupo é contaminante e esse grupo será sistematicamente segregado e, se possível, eliminado.

Essa higienização é historicamente assentada sobre o eugenismo e a limpeza social. A narrativas acerca de pessoas “leprosas”, sobretudo no discurso bíblico (Taglietti & Fuhr, 2013); a exclusão e o estigma produzido contra homossexuais na epidemia do HIV/AIDS nos anos de 1980 (Lopes, 2021); a patologização das sexualidades (Medrado & Valentova, 2023); as anteriormente mencionadas Operação Tarântula (Cavalcanti et al., 2018) e Operação Sapatão, no Brasil durante a Ditadura Militar (Oliveira, 2017). Esses exemplos, para ficarmos em pouquíssimos, revelam o quanto o ideal de limpeza, que possui diferentes camadas de atuação, desde origem étnica até a quais são os corpos contaminantes que precisam ser separados da sociedade, mostram que o componente do nojo não é uma mera emoção, mas que é mobilizado para atuar na produção de estigmas.

O nojo, a aversão que clama por limpeza, clama na cabeça do colonizador, no ideal cis-heteronormativo. A partir da aversão, institui-se quem deve e quem não deve pertencer ao universo hegemônico, e a guerra será orientada a partir desse embate. Não por acaso, alguns estudos definem a transfobia como “o nojo por indivíduos que não se enquadram nas expectativas de gênero da sociedade, expressa por meio de preconceito, discriminação, assédio e violência contra pessoas transgêneros” (Bandini & Maggi, 2014).

Historicamente, pessoas trans têm sido alvo de fascínio e repulsa em nossa cultura ocidentalizada. Frequentemente essas pessoas são retratadas de forma patológica, nos discursos médicos e psicológicos/psicanalíticos, ou de modo sensacionalista pela mídia (McAvan, 2011). Quando relatos de assassinatos de pessoas trans podem ser intensificados por narrativas sexuais envolvendo comportamentos sexuais não normativos ou prostituição, isso parece tornar tais narrativas ainda mais atraentes para a produção discursiva desse tratamento perverso. Como argumenta Sara Ahmed (2000; 2004), os sentimentos como horror, nojo e vergonha são produzidos na ordem do discurso e estão intimamente ligados às relações de poder de raça, classe, gênero, sexualidade e deficiência. Em suma, sentimentos não assumem uma neutralidade na cultura, mas fazem parte da produção discursiva, da performatividade dos comportamentos, das citações e expressões socioculturais, que em conjunto e ao longo do tempo se aderem e acomodam-se no imaginário coletivo, transformando-se em práticas de violência material e simbólica.

Para além de ser compreendido como mera emoção, e a partir do que Sara Ahmed (2004) argumenta no seu livro *The Cultural Politics of Emotion*, podemos localizar a atuação do nojo na construção de relações de poder, o qual organiza socialmente quem está “acima e abaixo, através das quais ‘ser superior’ e ‘ser inferior’ se tornam propriedades de corpos, objetos e espaços” (p.89). Nessa perspectiva, a aversão ao corpo trans, a partir do nojo, opera organizando corpos cisgêneros, sobretudo heterossexuais, numa posição hierarquicamente superior aos corpos transgêneros, estabelecendo uma separação entre os direitos e acessos que esses corpos terão. Não se trata de uma hierarquia dada *a priori*, mas do efeito discursivo ao qual às emoções estão sujeitas na mobilização do social do afeto-nojo e de seu papel dentro na restrição de uns corpos (os estranhos, dissidentes), ao passo que também produz e mantém a fluidez e a legitimidade de outros (os “normais”, hegemônicos).

Vazio de conteúdo como é, a "estranheza" do estranho é, no entanto, visualmente codificada, os corpos "incomuns" contra os quais os sujeitos normativamente generificados e raciais se constroem. Na medida em que não "passam" por um gênero ou outro, os corpos transexuais e transgêneros são estranhos, os corpos dos estranhos por meio dos quais o "nós" comunitário

é constituído. Então, o estranho, o monstruoso, o indeterminado são figuras retóricas que passam a ser habitadas por pessoas materiais, [...] assumidas e reconfiguradas subversivamente, mas esmagadoramente, exercidas contra grupos de pessoas já vulneráveis (McAvan, 2011, p.31; tradução nossa).

A partir da relação entre a emoção do nojo e a transnecropolítica, portanto, podem-se notar mecanismos psicossociais que marcam os corpos trans em posição de abjeção, onde sua existência é vista como uma violação das normas sociais cis-heteronormativas que, nessa lógica higienista, devem ser evitados. Ao ser fortalecido pelo *Cistema*, o nojo não apenas alimenta preconceitos e estigmas, mas também legitima formas de violência sistemática contra essas vidas, promovendo um processo de desumanização. A transnecropolítica encontra no nojo uma ferramenta eficaz de exclusão e eliminação de pessoas trans, reforçando um sistema de controle e de combate que marginaliza e mata aqueles que desafiam a normatividade de gênero: a guerra contra as existências trans também é produzida dentro e a partir da mobilização emocional de uma população.

Considerações Finais

O sistema-mundo/moderno colonial tem usado a produção da diferença como uma estratégia de segregação e controle minucioso dos corpos e das subjetividades. Ao se definir o homem com pênis e a mulher com vagina como representantes “biológicos” da espécie humana, o que se faz na verdade é eleger, no discurso, quem tem direito à vida. Nessa empreitada, o gênero, consolidado dentro de uma matriz ocidental e colonial, joga um papel fundamental. Como esperamos ter mostrado, é pela imposição de uma ordem de gênero hegemônica que corpos trans são sistematicamente impedidos de existir, compondo as estatísticas de mortes sem que necessariamente isso produza luto ou comoção pública. Embora este debate não seja uma novidade, ao longo deste texto procuramos mostrar que uma das estratégias para impedir esse luto é precisamente um afeto particular: o nojo.

Num ato de purificação cis-heterossexual, a política do nojo incita a guerra às existências trans. Um sistema produzido a partir da higienização das identidades, gerado na purificação compulsória da sexualidade, do desejo e dos corpos, não sustenta suas dinâmicas se corpos chamados de contaminantes adentrarem suas engrenagens. A guerra colonial cisgênera é a guerra contra a pluralidade.

A higienização, funcionando como tecnologia de guerra contra as existências trans, instrumentaliza-se das emoções humanas para amplificar sua ação. De um lado, ao ressignificar comportamentos, desejos, corpos e experiências como nojentas, a guerra colonial constrói corpos simultaneamente estranhados e nojentos; de outro lado, estão os corpos que foram limpos nas águas cisgêneras, por sua vez considerados “normais” e “naturalmente puros”. Uma vez mobilizado para a coesão de grupo, o nojo que se produz sobre as existências transgêneras torna-se o significante do direito de matar: a aversão promove o afastamento, o afastamento da vida. O colonialismo é higienista. Diluir subjetividades, limpar as demonstrações afetivas, clarear a população em suas várias instâncias (materiais e simbólicas, purificar a sexualidade e binarizar o gênero passa necessariamente por colonizar o desejo. Quanto mais limpa, higienizada e purificada é uma sociedade, mais colonizada ela se encontra. Logo, maiores serão os investimentos em tecnologias de guerra contra as dissidências. A guerra contra existências trans é parte central no projeto colonial.

Referências:

- Ahmed, S. (2000). *Strange Encounters: Embodied Others in Post-Coloniality*. London: Routledge.
- Ahmed, S. (2004). *The Cultural Politics of Emotions*. Edinburgh: Edinburgh UP.
- Arora, L., Bhujang, P., & Sivakami, M. (2022). Understanding discrimination against LGBTQIA+ patients in Indian hospitals using a human rights perspective: An exploratory qualitative study. *Sexual and Reproductive Health Matters*, 29(2), 2104678.
- Bailey, J. M., Vasey, P. L., Diamond, L. M., Breedlove, S. M., Vilain, E., & Epprecht, M. (2016). Sexual orientation, controversy, and science. *Psychological science in the public interest: A Journal of the American Psychological Society*, 17(2), 45. DOI: 10.1177/1529100616637616
- Bandini, E., Maggi, M. (2014). Transphobia. In: Corona, G., Jannini, E., Maggi, M. (eds) *Emotional, Physical and Sexual Abuse*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-06787-2_4
- Benevides, B. G. e Nogueira, S. N. B. (2021). *Dossiê dos Assassinatos e da Violência Contra Pessoas Trans Brasileiras (Orgs)*. – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE. 136p. ISBN: 9786558910138
- Bento, B. (2017). *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos / Berenice Bento*. - Salvador: EDUFBA, 329 p. ISBN 978-85-232-1599-6
- Caravaca-Morera, J. A., & Padilha, M. I. (2018). NECROPOLÍTICA TRANS: DIÁLOGOS SOBRE DISPOSITIVOS DE PODER, MORTE E INVISIBILIZAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 27(2), e3770017. <https://doi.org/10.1590/0104-07072018003770017>
- Cavalcanti, C., Barbosa, R. B., & Bicalho, P. P. G.. (2018). Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 38(spe2), 175–191. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212043>
- Coneo, A. M. C, Navarro, M. C., & Molineras, N. Q. (2023). Sexual-specific disgust sensitivity mechanisms in homonegativity and transnegativity; the mediating role of right-wing authoritarianism (RWA). *Psychology & Sexuality*, 14(1), 203-218, doi: 10.1080/19419899.2022.2100270
- Cunningham, E., Forestell, C. A., & Dickter, C. L. (2013). Induced disgust affects implicit and explicit responses toward gay men and lesbians. *European Journal of Social Psychology*, 43(5), 362–369. doi: 10.1002/ejsp.v43.5
- Darwin, C. R., (1965). *The Expression of the Emotions in Man and Animals*. Chicago: University of Chicago Press (Original work published 1872).
- da Silva, J. D. O. B., & Eloi, C. L. (2022). Além do binário: como discursos afetam o acesso de pessoas não binárias a tratamentos de afirmação de gênero. *Revista Periódicus*, 2(17), 173-191.
- Dulhunty, A. (2023). When extractive and racial capitalism combine – Indigenous and caste based struggles with land, labour and law in India. *Geoforum*, 147, 103887. doi: 10.1016/j.geoforum.2023.103887
- Fisk, R. (2007). *A Grande Guerra pela Civilização: A Conquista do Oriente Médio*. Trad. Sandra Dollinsky, São Paulo: Editora Planeta do Brasil.
- Foucault, M. (1988). *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2010). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

- Grzebalska, W., & A. Pető. (2018). “The Gendered Modus Operandi of the Illiberal Transformation in Hungary and Poland.” *Women’s Studies International Forum*, 68: 164–172. doi:10.1016/j.wsif.2017.12.00
- Inbar, Y., & Pizarro, D. A. (2022). How disgust affects social judgments. In Gawronski, B. (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* (pp. 109-166). Academic Press. doi: 10.1016/bs.aesp.2021.11.002
- Kline, N., Bidell, M.P. & Rhodes, S.D. (2024). Global Hate Politics Against LGBTQ+ People: Introduction to Special Collection. *Sexuality Research and Social Policy*. <https://doi.org/10.1007/s13178-024-00999-0>
- Kurzban, R., DeScioli, P., & O’Brien, E. (2007). Audience effects on moralistic punishment. *Evolution and Human Behavior*, 28, 75–84. doi: 10.1016/j.evolhumbehav.2006.06.001
- Lobo, B. H. de S. do C., Santos, G. da S., Porcino, C., Mota, T. N., Machuca-Contreras, F. A., Oliveira, J. F. de ., Carvalho, E. S. de S., & Sousa, A. R. de .. (2023). Transphobia as a social disease: discourses of vulnerabilities in trans men and transmasculine people. *Revista Brasileira De Enfermagem*, 76, e20220183. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2022-0183>
- Lopes, P. de O. (2021). HIV e AIDS, passado e presente: os gays como representação social da doença / HIV e AIDS, past and present: gays as a social representation of the disease. *Brazilian Journal of Development*, 7(5), 50122–50134. <https://doi.org/10.34117/bjdv.v7i5.30028>
- Lugones, M. (2008). Colonialidad y género. *Tabula rasa*, (9), 73-102.
- Malfrán, Y. M. & Oliveira, J. M. (2020). “Unidade e coesão nacionais: limites da cidadania para pessoas trans em Cuba”. *Psicologia em Estudo*, v. 25, e46605. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.46605>
- Malta, M., da Silva, A. B., da Silva, C. M. F., LeGrand, S., Seixas, M., Benevides, B., & Whetten, K. (2023). Addressing discrimination and violence against lesbian, gay, bisexual, transgender, and queer (LGBTQ) persons from Brazil: A mobile health intervention. *BMC Public Health*, 23(1), 2069.
- Marzetti, H., McDaid, L. & O'Connor, R. (2022). “Am I really alive?”: Understanding the role of homophobia, biphobia and transphobia in young LGBT+ people's suicidal distress. *Social Science & Medicine*, v298, 114860,. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2022.114860>.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições.
- McAvan, E. (2011). Rhetorics of disgust and indeterminacy in transphobic acts of violence. IN: Batts, J. (Ed). (2011). *Homofiles: Theory, sexuality, and graduate studies*; Maryland: Lexington Books, 23-34.
- McClintock, A (2010). *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Trad. Plínio Dentzien. Campinas, Editora da Unicamp.
- Medrado, A. T., & Valentova, J. V. (2022). Uma perspectiva evolutiva do nojo (p. 215-227). Em U. P. Albuquerque (Eds.), *Bases ecológicas e evolutivas do comportamento humano*. Nupeea; Canal 6. ISBN: 978-85-7917-589-3
- Medrado, A. T. & Valentova, J. V. (2023). Homosexuality: As “Natural” or “Unnatural”. In: Shackelford, T.K. (eds) *Encyclopedia of Sexual Psychology and Behavior*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-031-08956-5_1128-1
- Medrado, A. T. (2024). *O Nojo e a Sexualidade Humana: Orientação Sexual, Identidade de Gênero e Sociosexualidade*, 227 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Experimental, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

- Nakweya, G. (2024). Anti-LGBTQ+ laws in Africa harming health and research. *The Lancet*, 403(10434), 1323–1324.
- Nascimento, L. C. P. (2021) *Transfeminismo*. Jandaíra, São Paulo (Feminismos Plurais, coordenação Djamilá Ribeiro).
- Nega, C., Pateraki, L., Saranti, N., & Pasia, A. (2016). The role of disgust in homosexuality judgments. *The Open Psychology Journal*, 9(1), 75-83. doi: 10.2174/1874350101609010075
- Netto, V. G. B. (2019). [Dissertação de Mestrado]. *Criminalização da Homossexualidade Masculina no Oriente Médio: estudo de caso: Líbano*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 136p. <https://doi.org/10.11606/D.8.2019.tde-18022021-200749>
- Oliveira, L. F. (2017). Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Militar (1964-1985). *Revista Periódicus*, 1(7), 06-19. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i7.21694>
- Oyèwùmí, O. (2021). A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. *Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA*.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina1. *A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 107-126.
- Rozin, P., Haidt, J., & McCauley, C. R. (2000). Disgust. In M. Lewis, & J. Haviland (Eds.), *Handbook of emotions*, (2nd edn, pp. 637–653). New York: Guilford Press.
- Rubin, G. (2017). *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- Ruiz, M. S (2020): “A transnecropolítica no brasil”, *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*. En línea: https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/02/trans_necropolitica-brasil.html
- Santos, L. P., Junior, J. A. L. and Barbosa, P. (2016). *Assassinatos de LGBT’s no Brasil – uma análise comparativa dos cinco últimos relatórios do GGB - 2012 a 2016*. III Seminário Internacional Imagens Da Justiça, Currículo E Educação Jurídica. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/imagensdajustica/files/2018/05/ASSASSINATOS-DE-LGBT%E2%80%99S-NO-BRASIL-%E2%80%93-UMA-AN%C3%81LISE-COMPARATIVA-DOS-CINCO-%C3%9ALTIMOS-RELAT%C3%93RIOS-DO-GGB-2012-A-2016.pdf>. Acessado em 12 de outubro de 2024.
- Silva, M. R. (2023). *Zonas de te(n)são entre desejo e nojo: cisgeneridade como paradigma de subjetivação sexual*. 2023. 176 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Suarez, N. A., Peitzmeier, M. A., Potter, J., Samandur, A. & Reisner S. L. (2021). Preliminary findings for adverse childhood experiences and associations with negative physical and mental health and victimization in transmasculine adults. *Child Abuse & Neglect*, v.118, 105161. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105161>.
- Taglietti, M., & Fuhr, L. (2013). Hanseníase: estigmas do processo saúde-doença e seus determinantes sociais. *Revista Thêma et Scientia*, 3(1).
- van Leeuwen, F., Inbar, Y., Petersen, M. B., Aarøe, L., Barclay, P., Barlow, F. K., ... Tybur, J. M. (2023). Disgust sensitivity relates to attitudes toward gay men and lesbian women across 31 nations. *Group Processes & Intergroup Relations*, 26(3), 629-651. doi: 10.1177/13684302211067151
- Vergueiro, V. (2015). Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade.

2015. 244 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Cultura e Sociedade, Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.

Notas:

1. Ver noticiários divulgados a esse respeito: I) Olimpíadas 2024: “Boxeadora argelina vítima de ataques de gênero ganha medalha de ouro”. disponível em: [https://g1.globo.com/mundo/olimpiadas/paris-2024/noticia/2024/08/01/luta-com-atleta-intersexo-no-boxe-vira-alvo-de-polemica-entenda-o-que-diz-o-regulamento-e-quem-pode-competir-nos-jogos-de-paris-2024.ghtml](https://www.estadao.com.br/esportes/boxeadora-imane-khelif-medalha-de-ouro-olimpiadas-2024-paris-npres/#:~:text=Alvo%20de%20fake%20news%20e,um%20final%20feliz%20e%20hist%C3%B3rico; acessado em 12 de outubro de 2024; II) “Luta no boxe feminino causa polêmica, e atleta é alvo de fake news; entenda o que diz o regulamento e quem pode competir nos Jogos Olímpicos”, disponível em: <a href=); acessado em 12 de outubro de 2024.

Citação/Citation: Medrado, A.; Malfrán, Y. (2024). *O nojo como arma na guerra colonial contra existências trans. Trivium: Estudos Interdisciplinares* (Ano XVI, no. esp.), pp. 87-99.

Recebido em: 05/08/2024

Aprovado em: 11/10/2024